



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIREITO PENAL II			
CÓDIGO:		UNIDADE ACADÊMICA: FADIR	
PERÍODO/SÉRIE: 4º período		CH TOTAL TEÓRICA: 90 h	CH TOTAL PRÁTICA: 0 h
OBRIGATÓRIA: (X)	OPTATIVA: ()	CH TOTAL: 90 h	

OBS: o conteúdo programático desmembra alguns itens previstos na ementa da disciplina, tornando seu estudo mais completo e abrangente.

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal I

CÓ-REQUISITOS:

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Construir em conjunto com o discente a capacidade necessária para compreender a Parte Geral do Direito Penal (especialmente sobre a Teoria da Pena) e a Parte Especial do Código Penal, proporcionando-lhe as condições instrumentais imprescindíveis para o aprofundamento teórico e prático da atividade jurídico-penal.

Objetivos Específicos:

- Proporcionar ao discente uma visão propedêutica da Teoria da Pena no Direito Penal, preparando-o para compreender suas teorias construtivas e sua evolução no tempo e no espaço (arts. 32 ao 120)
- Conduzir o discente à compreensão da estrutura da Parte Especial do Código Penal, e capacitá-lo a adquirir as habilidades necessárias para a análise teórica e prática dos artigos 121 ao 234.
- Fomentar no discente a aplicação do Direito Penal e da Política Criminal como instrumentais para compreensão jurídica dos fenômenos sociais vinculados à criminalidade.
- Compreender a técnica utilizada pelo legislador na construção dos dispositivos penais da Parte Especial do Código.



EMENTA

Da Aplicação da Sanção Penal. Efeitos da Sentença Penal. Reabilitação. Da Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Introdução ao estudo dos crimes em espécie. Objetos de proteção penal. Tipo legal de crime. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1. Conseqüências jurídicas do delito: a pena e a medida de segurança.
1. Espécies de pena;
 - 1.1. A pena privativa de liberdade. Origens, sistemas e características
 - 1.1.1. Os regimes de reclusão e detenção.
 - 1.1.2. Regras do regime fechado.
 - 1.1.3. Regras do regime semi-aberto.
 - 1.1.4. Regras do regime aberto.
 - 1.1.5. Progressão e regressão. Requisitos.
 - 1.1.6. Exame criminológico.
 - 1.1.7. Detração e remição.
 - 1.1.8. O trabalho permitido.
 - 1.1.9. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).
 - 1.2. Penas Restritivas de Direitos.
 - 1.2.1 Considerações gerais.
 - 1.2.2. Cominação e aplicação das penas alternativas.
 - 1.2.3. Espécies de penas restritivas.
 - 1.3. Pena de Multa ou Pecuniária.
 - 1.3.1. Considerações gerais.
 - 1.3.2. O Direito Penal positivo brasileiro: Cominação e aplicação da pena de multa.
 - 1.3.3. Fase executória da pena pecuniária:

2 Aplicação da Sanção Penal.

AL.

2

- 2.1 Aplicação da Pena: Individualização da pena.
- 2.2 Circunstâncias e elementares do crime.
- 2.3 Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas:
- 2.4 Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes.
- 2.5 Causas de aumento e de diminuição
- 2.6 Dosimetria da pena.

3. Concurso de Crimes

- 3.1 Introdução
- 3.2 Sistemas de aplicação da pena.
- 3.3 Espécies de concurso de crimes.
 - 3.3.1 Concurso material.
 - 3.3.2 Concurso formal.
 - 3.3.3 Crime continuado.
- 3.4. Dosimetria da pena no concurso de crimes.
- 3.5. Erro na execução - *aberratio ictus*: Qualidades da vítima.
- 3.6. Resultado diverso do pretendido.
- 3.7 Limite de cumprimento da pena de prisão.

4 Da Suspensão Condicional da Penal e do Processo.

- 4.1 Suspensão Condicional da Pena: Origem e desenvolvimento do instituto.
- 4.2 Conceito e denominação do instituto.
- 4.3 Natureza jurídica.
- 4.4 A suspensão condicional do Direito positivo brasileiro: Requisitos ou pressupostos necessários.
- 4.5 Espécies de suspensão condicional: Condições do *sursis*.
- 4.6 O período de prova: Causas de revogação obrigatória.
- 4.7 Causas de revogação facultativa.
- 4.8 Prorrogação do período de prova.
- 4.9 Extinção da pena privativa de liberdade.
- 4.10 Suspensão Condicional do Processo.

5 Do Livramento Condicional.

- 5.1 Livramento Condicional: Origem e desenvolvimento do livramento condicional.
- 5.2 Conceito e caracteres da liberdade condicional.

5.3. Natureza jurídica da liberdade condicional.

5.4 Requisitos

5.5. Condições obrigatórias e facultativas

5.6. Causas de revogação do livramento condicional:

5.7. Suspensão do livramento condicional.

5.8. Efeitos de nova condenação.

5.9. Prorrogação do livramento e extinção da pena.

6 Medidas de Segurança.

6.1 Considerações introdutórias.

6.2 Diferenças entre pena e medida de segurança.

6.3. Princípio da legalidade.

6.4 Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança.

6.5 Espécies de medidas de segurança.

6.6 Tipos de estabelecimentos. Prescrição e extinção da punibilidade.

6.7 Prazo de duração da medida de segurança.

6.8 Execução, suspensão e extinção da medida de segurança.

6.9 Substituição da pena por medida de segurança.

6.10 Verificação da cessação de periculosidade.

7 Efeitos da Condenação e Reabilitação.

7.1 Efeitos da condenação.

8 Reabilitação

8.1. Conceito; condições; requisitos; efeitos e revogação.

9. Extinção da Punibilidade.

9.1 Da Extinção da Punibilidade: Considerações gerais.

9.2 Causa extintivas da punibilidade: Morte do agente.

9.3 Anistia, graça e indulto.

9.4 *Abolitio criminis*.

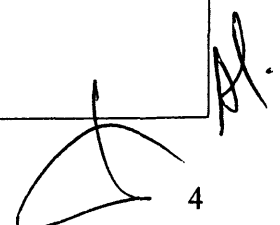
9.5 Prescrição, decadência e preempção.

9.6. Renúncia e perdão.

9.7. Retratação do agente.

9.8 Perdão judicial.

9.9 Prescrição:



4

9.9.1 Considerações introdutórias;

9.9.2 Espécies de prescrição:

9.9.2.1 Prescrição da pretensão punitiva;

9.9.2.2 Prescrição da pretensão punitiva abstrata;

9.9.2.3 Prescrição da pretensão punitiva retroativa;

9.9.2.4 Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente;

9.9.2.5 Prescrição da pretensão executória.

9.10. Termo inicial da prescrição.

9.10.1 Causas modificadoras do curso prescricional.

9.10.1.1 Suspensão do prazo prescricional.

9.10.2 Novas causas suspensivas da prescrição.

9.10.3 Interrupção do prazo prescricional.

9.10.4 Causas redutoras do prazo prescricional.

9.10.5 Prescrição da pena de multa.

10. Considerações gerais da parte geral e propostas de reforma em curso

11. Introdução ao Estudo da Parte Especial do Código Penal brasileiro.

11.1 Considerações Iniciais.

11.2 Objeto da Proteção Penal: o Bem Jurídico.

11.2.1 A objetividade jurídica.

11.3 Do Tipo Penal.

11.3.1 Conceito e Evolução dos Tipos Penais.

11.3.2 Funções do Tipo Penal.

11.3.3 Adequação Típica (tipicidade).

11.3.4 Elementos do Tipo Penal (objetivos, subjetivos e normativos).

11.3.5 Espécies de Tipo Penal.

11.3.6 Classificação Doutrinária dos Crimes.

12 Dos crimes contra a pessoa.

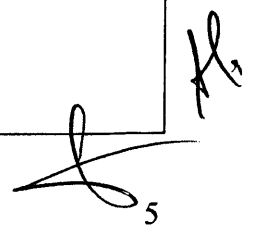
12.1 Crimes contra a vida.

12.1.1 Homicídio.

12.1.2 Participação em suicídio.

12.1.3 Infanticídio.

12.1.4 Aborto.



5

- 12.1.5 Lesões corporais.
- 12.2 Da periclitacão da vida e da saude.
 - 12.2.1 Perigo de contágio venéreo.
 - 12.2.2 Perigo de contágio de moléstia grave.
 - 12.2.3 Perigo para a vida ou saude de outrem.
 - 12.2.4 Abandono de incapaz.
 - 12.2.5 Exposição ou abandono de recém-nascido.
 - 12.2.6 Omissão de socorro.
 - 12.2.7 Maus-tratos.
 - 12.2.8 Rixa.
- 12.3 Dos crimes contra a honra.
 - 12.3.1 Calúnia.
 - 12.3.2 Difamação.
 - 12.3.3 Injúria.
 - 12.3.4 Disposições comuns dos crimes contra a honra.
 - 12.3.5 Ofensa à honra de autoridades públicas.
- 12.4 Dos crimes contra a liberdade individual.
 - 12.4.1 Constrangimento ilegal.
 - 12.4.2 Ameaça.
 - 12.4.3 Seqüestro ou cárcere privado.
 - 12.4.4 Redução a condição análoga à de escravo.
- 12.5 Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.
 - 12.5.1 Violação de domicílio.
- 12.6 Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.
 - 12.6.1 Violação de correspondência.
 - 12.6.2 Sonegação ou destruição de correspondência.
 - 12.6.3 Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.
 - 12.6.4 Correspondência comercial.
- 12.7 Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.
 - 12.7.1 Divulgação de segredo.
 - 12.7.2 Violação do segredo profissional.
- 13 Dos crimes contra o patrimônio.**
 - 13.1 Furto.



- 13.2 Furto de coisa comum.
- 13.3 Roubo.
- 13.4 Extorsão.
- 13.5 Extorsão mediante seqüestro.
- 13.6 Extorsão indireta.
- 13.7 Da usurpação.
- 13.8 Dano.
- 13.9 Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.
- 13.10 Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.
- 13.11 Alteração de local especialmente protegido.
- 13.12 Apropriação indébita.
- 13.13 Apropriação indébita previdenciária (acrescentado pela Lei 9.983, de 14.07.00).
- 13.14 Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.
- 13.15 Apropriação de tesouro.
- 13.16 Apropriação de coisa achada.
- 13.17 Estelionato.
- 13.18 Duplicata simulada.
- 13.19 Abuso de incapazes.
- 13.20 Induzimento à especulação.
- 13.21 Fraude no comércio.
- 13.22 Outras fraudes.
- 13.23 Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações.
- 13.24 Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant.
- 13.25 Fraude à execução.
- 13.26 Receptação.
- 13.27 Imunidade relativa.
- 13.28 Exclusão de imunidade e privilégio.
- 14 Dos crimes contra a propriedade imaterial.**
- 14.1 Violação de direito autoral.
- 15 Dos crimes contra a organização do trabalho.**
- 15.1 Atentado contra a liberdade de trabalho.
- 15.2 Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.
- 15.3 Atentado contra a liberdade de associação.

7

15.4 Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.

15.5 Paralisação de trabalho de interesse coletivo.

15.6 Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola.

15.7 Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.

15.8 Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.

15.9 Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.

15.10 Aliciamento para o fim de emigração.

15.11 Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.

16 Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

16.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.

16.2 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.

16.3 Violação de sepultura.

16.4 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver.

16.5 Vilipêndio a cadáver.

17 Dos crimes contra a dignidade sexual.

17.1 Introdução.

17.2 Dos crimes contra a liberdade sexual.

17.2.1 Estupro.

17.2.2 Violação sexual mediante fraude.

17.2.3 Assédio sexual.

17.3 Dos crimes contra vulnerável.

17.3.1 Estupro de vulnerável.

17.3.2 Corrupção de menores.

17.3.3 Satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

17.3.4 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável.

17.4 Disposições gerais.

17.4.1 Da ação penal.

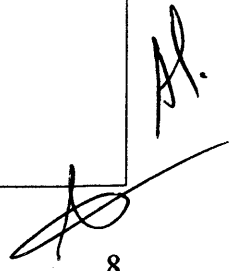
17.4.2 Aumento de pena.

17.5 Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.

17.5.1 Mediação para servir a lascívia de outrem.

17.5.2 Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

17.5.3 Casa de prostituição.



17.5.4 Rufianismo

17.5.6 Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.

17.5.7 Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual.

17.6 Do ultraje público ao pudor.

17.6.1 Ato obsceno.

17.6.2 Escrito ou objeto obsceno.

17.7 Disposições gerais.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

BACIGALUPO, Enrique. **Direito penal – parte geral**. Trad. André Estefan. São Paulo : Malheiros, 2005, 574 p., ISBN: 8574206768

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 2: parte especial**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 499 p. ISBN 85-0207-319-2

MACHADO, Fábio Guedes de Paula. **Prescrição Penal – Prescrição Funcionalista**. São Paulo: RT, 2000.

_____. **Culpabilidade no direito penal**. São Paulo : Quartier Latin, 2009.

MIR PUIG, Santiago. **Direito penal. Fundamentos e teoria do delito**. Trad. Cláudia Viana Garcia e José Carlos Porciúncula Neto. São Paulo : RT. 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 10 ed. São Paulo : RT, 2010.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro, v. 1: parte geral**. 9. ed. São Paulo: RT, 2010.

_____. **Direito penal – Parte especial. Arts. 121 a 196. Parte Especial**. São Paulo : RT, 2008,

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal – parte geral**. 3.^a ed. Rio de Janeiro : Lumen, 2007.

Bibliografia complementar:

ARANHA, A. J. Q. T. de C. **Crimes contra a honra**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA PABLOS DE MOLINA, Antonio e BIANCHINI, Alice. *Direito penal. Introdução e princípios fundamentais*. Vol. 1, 2. ed . São Paulo : RT, 2009.

_____. **Direito penal. Parte geral**. Vol. 2. São Paulo : RT, 2009.

Handwritten signature and the number 9.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. 10. ed., rev., atual. Niterói: Impetus, 2008, v.1.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal, v. 2: parte especial**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Manual de direito penal, v. 2: parte especial- arts. 121 a 234 do CP**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NUCCI, G. de S. **Código Penal Comentado**. 8. ed., rev., atual., ampl.. São Paulo: RT, 2008.

REALE JR. Miguel. *Instituições de direito penal: parte geral: vol. 1*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ROXIN, Claus. *Derecho penal – parte general, tomo I – Fundamentos. A estrutura da teoria do delito*. Trad. Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y Garcia Conlledo e Javier de Vicente Remesal, da 2.ª ed. alemã, Madrid : Civitas, 1997.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

WELZEL, Hans. *O novo sistema jurídico-penal*. 2. ed. Trad. Luiz Régis Prado. São Paulo : RT, 2009.

APROVAÇÃO

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Ms. Helvécio Dantas de Oliveira
Coordenador do curso
Carimbo e assinatura do Coordenador do curso
Portaria R N° 879/09

Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Aguinaldo Almeida
Diretor da FACULDADE DE DIREITO
Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica